



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 038/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 2060/2011 – 6 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Sra. Eliete da Cunha Beleza, Prefeita e Ordenadora de Despesas.
- 6- **Unidade Técnica:** Informação nº 46/2014 – DICAMI (fls.999/1000) e Informação 0001/2015-DICOP (fls. 1023).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer 437/2015-MP/RMAM, fls. 1026 a 1031 - Procurador de Contas Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.
- 8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2010.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência** com o entendimento do Ilustre Ministério Público de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal a **Aprovação com Ressalva das Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Eliete da Cunha Beleza** na condição de Chefe do Poder Executivo, à época, com fulcro no art. 127, § 2º, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, I, e 29, ambos da Lei 2.423/96; art. 3º, II, da Resolução 09/1997.

- 10- **Ata:** 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 22 de julho de 2015.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julío Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiros Convocados Mário José de Moraes Costa Filho e Alípio Reis Firmo Filho.
- 13- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 038/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

JULIO CABRAL
Conselheiro

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 038/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 038/2015)

1- **Processo TCE nº 2060/2011 – 6 volumes.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

4- **Exercício:** 2010.

5- **Responsável:** Sra. Eliete da Cunha Beleza, Prefeita e Ordenadora de Despesas.

6- **Unidade Técnica:** Informação nº 46/2014 – DICAMI (fls.999/1000) e Informação 0001/2015-DICOP (fls. 1023).

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer 437/2015-MP/RMAM, fls. 1026 a 1031 - Procurador de Contas Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.

8- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. Exercício de 2010.

*Regular com ressalvas. Multas.
Recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **à unanimidade, em divergência com** o entendimento do Ministério Público de Contas, no sentido de:

9.1 - Julgar Regular com Ressalva a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro, exercício de 2010, de responsabilidade da Sra. Eliete da Cunha Beleza na condição de Ordenadora de Despesas, à época, nos termos do art. 1º, II e 22, II, b, da Lei 2.423/96 c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução 04/2002-TCE/AM;

9.2 - Aplicar multa a senhora Eliete da Cunha Beleza, no valor de **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE, pela inobservância de prazo no envio dos 6 bimestres de Relatório Resumo de Execução Orçamentária –RREO;

9.3 - Aplicar multa a senhora Eliete da Cunha Beleza, no valor de **R\$ 10.960,30** (dez mil, novecentos e sessenta reais e trinta centavos), nos termos do art. 308, inciso II, da Resolução n. 04/2002-TCE, pela inobservância de prazo no envio da movimentação contábil de **janeiro a março, maio, julho a dezembro** do exercício de 2010, foram encaminhados por meio do sistema ACP;

9.4 - Aplicar multa a senhora Eliete da Cunha Beleza, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), nos termos do art. 308, inciso I, “a”, da Resolução n. 04/2002-TCE, por não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, à diligência do Tribunal;

9.5 - Aplicar multa ao senhora Eliete da Cunha Beleza, no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais), nos termos do art. 53, parágrafo único da lei 2423/96, em razão



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 038/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 038/2015)

das impropriedades na parte documental das obras, especificamente da ausência dos Atestados de Responsabilidade Técnica das obras e serviços apontadas no Relatório da DICOP.

9.6 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das multas, com comprovação perante a este Tribunal, acrescido de atualização monetária e dos juros de mora devidos, nos termos do art 72, III, da Lei nº 2.423/96 e art 169, I, da Resolução nº 04/02, autorizando desde já a inscrição do débito na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.7 - Recomendar à origem a estrita observância das normas constitucionais e legais aplicáveis, notadamente as contidas na Lei 4.320/64, Lei 8.666/93, Lei 101/2000 (LRF), Lei 2.423/96 (Lei Orgânica do TCE/AM), Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) e demais Resoluções desta Corte.

10- Ata: 27ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 22 de julho de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Conselheiros Convocados Mário José de Moraes Costa Filho e Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral